

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL

Departamento Municipal Administrativo e Financeiro

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

"AQUISIÇÃO DE CARBONATO DE SÓDIO ANIDRO EM PÓ E DE MATERIAL FILTRANTE GRANULADO, BASEADO EM CARBONATO DE CÁLCIO – PROCESSO N.º 015/AJD/SA/16"

(Ajuste Direto nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado nos termos da Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho).

Aprovado, 29/03/2016

O Vice-Presidente da Câmara,

designado por despacho de 16/10/2015.

(Fernando Parreira)



Processo n.º 015_AJD_SA_16

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

ÍNDICE

- 1. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO
- 2. OBJECTO DO FORNECIMENTO OU DA PRESTAÇÃO
- 3. ENTIDADE ADJUDICANTE
- 4. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR
- 5. FUNDAMENTO DE ESCOLHA DO AJUSTE DIRECTO
- 6. CONSULTA E FORNECIMENTO DE PECAS DO PROCEDIMENTO
- 7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA
- 8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA
- 9. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
- 10. PROPOSTA VARIANTES
- 11. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
- 12. PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO
- 13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 14. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 15. ASSINATURA DIGITAL DO CONTRATO
- 16. NEGOCIAÇÃO
- 17. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
- 18. ADJUDICAÇÃO POR LOTES



Processo n.º 015_AJD_SA_16

1. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Aquisição de carbonato de sódio anidro em pó e de material filtrante granulado, baseado em carbonato de cálcio – Processo n.º 015/AJD/SA/16.

2. OBJECTO DO FORNECIMENTO OU DA PRESTAÇÃO

Lote 1 — Carbonato de Sódio: O controlo do valor de pH deverá ser efetuado através da adição de carbonato de sódio anidro em pó. Pelo exposto, solicita-se proposta de fornecimento contínuo de carbonato de sódio anidro em pó (Na2CO3 99%) distribuído em sacos de 25 kg, em armazém municipal, para as ETA de Casal da Rola/Louriçal e da Pedrogueira/Guia, e o respetivo orçamento. O total estimado anual é de 12500 kg (500 sacos).

Lote 2 – Carbonato de Cálcio: O carbonato de cálcio é utilizado na filtração neutralizante de água tornando-a mais equilibrada. Pelo exposto, solicita-se proposta de fornecimento contínuo de partículas (1,2 – 2,5 mm) de carbonato de cálcio (>95%) CAS 471-34-1, granulado angular, cor cinza claro, com densidade a granel de 1200 – 1400 kg/m3, distribuído em Bigbags de polipropileno (cerca de 1250 kg cada), na ETA da Mata do Urso, e o respetivo orçamento. O total estimado anual é de 150 toneladas (120 bigbags).

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

Município de Pombal, NIF 506334562, pessoa colectiva de direito público com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal

Telefone: +351236210500.

Fax: +351236210598;

E-mail: <u>contratacao.publica@cm-pombal.pt</u>, Endereço electrónico: <u>www.cm-pombal.pt</u>.



Processo n.º 015_AJD_SA_16

4. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

Presidente da Câmara Municipal de Pombal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

5. FUNDAMENTO DE ESCOLHA DO AJUSTE DIRECTO

Ajuste directo nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

6. CONSULTA E FORNECIMENTO DE PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 6.1. As peças do procedimento estão disponíveis em regime de livre acesso, na plataforma electrónica em www.compraspublicas.com.
- 6.2. As peças procedimentais estão ainda disponíveis para consulta dos interessados, até ao termo da data e hora limite para apresentação das propostas, na Secção de Aprovisionamento do Município de Pombal, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal.

7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 7.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite;
 - b) Proposta de preço, em conformidade com o anexo II ao presente convite; e,
 - c) Características dos produtos a fornecer.
- 7.2. Os documentos requeridos no ponto anterior devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho.



Processo n.º 015_AJD_SA_16

7.3. O não preenchimento pelos concorrentes, do formulário da proposta válido, disponibilizado na plataforma eletrónica, implica a exclusão, nos termos da alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente apresentados em Língua Portuguesa.

9. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O prazo para a apresentação da proposta é de 8 dias contados da data de envio do presente convite.

10. PROPOSTA VARIANTES

Não são admitidas propostas variantes.

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 11.1.Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica em www.compraspublicas.com, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 11.2.Nos procedimentos levados a cabo pelo Município de Pombal, os interessados estão isentos do pagamento dos selos temporais necessários para a submissão da proposta. Em situação contrária, devem os interessados contactar diretamente a entidade gestora da plataforma eletrónica (GATEIWT Compras Públicas), no sentido de darem cumprimento ao acordo.

12.PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de caução.



Processo n.º 015_AJD_SA_16

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 13.1.No procedimento de formação de contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.
 - b) Documentos comprovativos de não se encontrar nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.

14. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 14.1.Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação.
- 14.2.O prazo para a supressão de eventuais irregularidades nos documentos de habilitação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP é de 2 dias.

15. ASSINATURA DIGITAL DO CONTRATO

- 15.1.O adjudicatário poderá proceder à assinatura do contrato através de certificado digital qualificado, da(s) pessoa(s) que representa essa entidade na outorga do contrato ou mediante certificado digital qualificado para representação de pessoa coletiva.
- 15.2.Caso opte pela assinatura mediante certificado digital qualificado de representação de pessoa colectiva, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação e no mesmo prazo concedido para o efeito, documento comprovativo da legitimidade do titular do certificado para proceder à assinatura do contrato.



Processo n.º 015_AJD_SA_16

16. NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar a sessão de negociação.

17. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com os seguintes fatores:

- 1. Preco ----- 60%
- 2. Prazo de entrega ----- 30%
 - Entrega até 6 dias ----- 100 Pontos
 - Entrega de 7 a 12 dias ----- 80 Pontos
 - Entrega de 13 a 18 dias ----- 60 Pontos
 - Entrega de 19 a 24 dias ----- 40 Pontos
 - Entrega de 25 a 30 dias ----- 20 Pontos
- 3. Características Técnicas e qualitativas ----- 10%

18. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

- 18.1.A adjudicação far-se-á para cada um dos lotes descritos no Caderno de Encargos, havendo lugar à aplicação dos lotes e respetivas quantidades, do que decorrerá a celebração de contratos individuais por lote, de acordo com a proposta parcelar que resultar mais vantajosa.
- 18.2.No caso de resultar a adjudicação de mais de um lote ao mesmo concorrente haverá lugar à celebração de um único contrato.



Processo n.º 015_AJD_SA_16

ANEXO I - DECLARAÇÃO

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

 a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu

estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento

principal) (11);

f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 08 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12), durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do

artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14):
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;



Processo n.º 015_AJD_SA_16

- ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5 O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejulzo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7 O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.



Processo n.º 015_AJD_SA_16

ANEXO II – PROPOSTA

| | | | (indic | ar o n | ome, ni | úmero | de contri | ibuinte | , profissā | юе |
|-------------------------------|------------|------------|--------------|---------|-----------|----------|------------|---------|------------|------|
| morada ou | firma e | e sede) | depois de | ter | tomado | conhe | cimento | do | procedim | ento |
| | <u>.</u> | | | - Pr | ocesso | n.º _ | | | obriga-se | ao |
| fornecimento | dos ben | is, em coi | nformidade i | com o | solicitad | lo, para | o Lote | 1 - C | arbonato |) de |
| Sódio pelo v | alor globa | al de € | (| indicar | a import | tancia p | or algaris | mos e | por exte | nso) |
| e para o Lo | ote 2 – (| Carbonato | de Cálcio | pelo | valor gl | obal de | • € | | , (indica | ага |
| importância p | or algaris | smos e po | r extenso) . | | | | | | | |
| Sobre aquele | | | | obre o | Valor Ad | crescen | tado à ta | xa lega | al em vigo | or. |
| O PIBZO GC C | illoga o v | | | | | | | | | |
| Mais declara do seu contra | - | | | | | | | | ır à execu | ošąı |
| Data | | | | | | | | | | |
| Assinatura | | | | | | | | | | |